



Índice

Texto da Instrução

Anexo

Texto da Instrução

Assunto: Estatísticas de balanço e de taxas de juro do setor das instituições financeiras monetárias e rubricas de balanço das instituições de crédito

No uso das competências atribuídas pelos seguintes diplomas:

- a)** Lei Orgânica do Banco de Portugal (aprovada pela Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro, com as alterações subsequentes), designadamente o seu artigo 13.º;
- b)** Lei do Sistema Estatístico Nacional (aprovada pela Lei n.º 22/2008, de 13 de maio), designadamente os artigos 3.º e 4.º;
- c)** Regulamento (CE) n.º 2533/98 do Conselho, de 23 de novembro de 1998, com as alterações subsequentes, relativo à compilação de informação estatística pelo Banco Central Europeu, do qual resulta a competência do Banco de Portugal, no âmbito da sua participação no Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), para proceder à recolha e elaboração das estatísticas monetárias e financeiras;
- d)** Regulamento (UE) n.º 2021/379 do Banco Central Europeu, de 22 de janeiro de 2021, relativo às rubricas do balanço das instituições de crédito e do setor das instituições financeiras monetárias (reformulação) (BCE/2021/2);
- e)** Regulamento (UE) n.º 1072/2013 do Banco Central Europeu, de 24 de setembro de 2013, relativo às estatísticas das taxas de juro praticadas pelas instituições financeiras (reformulação) (BCE/2013/34).

A presente Instrução foi sujeita a consulta pública, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo.

O Banco de Portugal, através da presente Instrução, determina o seguinte:

1. Objeto

- 1.1 Esta Instrução destina-se a regulamentar o reporte de informação estatística ao Banco de Portugal tendo por objetivo principal a compilação de estatísticas de balanço e de taxas de juro das instituições financeiras monetárias (“IFM”).
- 1.2 A informação estatística compilada com base nesta Instrução destina-se a satisfazer os compromissos de prestação de informação estatística ao Banco Central Europeu por parte do Banco de Portugal, decorrente da sua participação no Eurosistema, no domínio das estatísticas de balanço e de taxas de juro das IFM e rubricas de balanço das instituições de crédito.
- 1.3 A compilação da informação estatística sobre estatísticas de balanço e de taxas de juro do setor das IFM e rubricas de balanço das instituições de crédito visa igualmente satisfazer outras necessidades neste domínio, definidas por parte dos utilizadores de informação estatística do Banco de Portugal, enquadradas no cumprimento das funções desempenhadas pelo Banco de Portugal.
- 1.4 A informação reportada no âmbito da presente Instrução destina-se igualmente ao cálculo da base de incidência associada à constituição de reservas mínimas por parte das instituições de crédito que a tal estão obrigadas, em conformidade com o disposto no Regulamento (UE) n.º 2021/378 do Banco Central Europeu, de 22 de janeiro de 2021, relativo à aplicação do regime de reservas mínimas (BCE/2021/1). Cada instituição de crédito sujeita a reservas mínimas deverá, nomeadamente, utilizar esta informação para verificar o cumprimento da respetiva obrigação de constituição de reservas.

2. Entidades abrangidas

- 2.1 As entidades destinatárias da presente Instrução são os bancos, a Caixa Central, as caixas de crédito agrícola mútuo e as caixas económicas residentes no território económico nacional, incluindo as sucursais em Portugal de instituições com sede em países terceiros, as instituições de moeda eletrónica (na aceção do artigo 2.º, n.º 1, da Diretiva 2009/110/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009) cuja atividade principal consista na intermediação financeira sob a forma de emissão de moeda eletrónica, e as instituições de crédito que se encontrem numa das situações previstas na alínea b) do artigo 1.º do Regulamento (UE) n.º 2021/379 do Banco Central Europeu, de 22 de janeiro de 2021.
- 2.2 As instituições referidas no ponto 2.1 constam da designada “*List of Monetary Financial Institutions*” e/ou da “*List of institutions subject to the Eurosystem’s minimum reserve requirements*”, divulgada mensalmente no sítio do Banco Central Europeu na Internet, as quais incluem ainda outras entidades não abrangidas pela presente Instrução.

3. Informação a reportar

3.1 As entidades referidas no ponto 2.1. devem reportar ao Banco de Portugal a seguinte informação:

a) *Estatísticas de balanço*

Quadro A – Balanço estatístico por país e moeda

Quadro B – Detalhes adicionais por instrumento e setor institucional

Quadro C – Detalhes adicionais por país de operações de titularização e cedências e aquisições de empréstimos

Quadro F – Repartição geográfica das responsabilidades

b) *Estatísticas de taxas de juro*

Quadro G – Taxas de juro sobre novas operações de depósitos

Quadro H – Taxas de juro sobre saldos de depósitos

c) *Informação necessária para efeitos do cálculo de reservas mínimas*

Quadro R – Reservas mínimas

3.2 Os quadros que compõem a informação a reportar encontram-se definidos na Parte I do Anexo à presente Instrução. As características da informação a reportar, designadamente a descrição das tabelas de desagregação da informação de acordo com os diversos critérios relevantes, encontram-se especificadas no Manual de Procedimentos a que se faz referência no ponto **13.6** da presente Instrução.

3.3 As instituições de crédito não classificadas como IFM, na aceção do ponto 4 do artigo 2.º do Regulamento BCE/2021/2, que se encontrem sujeitas ao cumprimento de reservas mínimas apenas têm obrigatoriedade de reportar a informação referente ao **Quadro A** - Balanço estatístico por país e moeda e Quadro R – Reservas mínimas, referidos na alínea a) e c) do ponto **3.1**.

4. Condições do reporte em grupo

4.1 As entidades referidas no ponto **2.1** poderão solicitar ao Banco de Portugal autorização para efetuar o reporte conjunto, como grupo, de informação estatística agregada, de acordo com o disposto no artigo 6.º, n.º 2, do Regulamento BCE/2021/2.

4.2 As instituições sujeitas a reservas mínimas que estejam nas condições fixadas no artigo 11.º do Regulamento (UE) n.º 2021/378 do Banco Central Europeu, de 22 de janeiro de 2021, relativo à aplicação do regime de reservas mínimas (BCE/2021/1), poderão solicitar ao Banco de Portugal, a prestação de informação estatística de

forma agregada para esse grupo de instituições, desde que renunciem ao benefício da dedução tal como mencionado no n.º 2 do artigo 11.º do mesmo Regulamento, mantendo-se, no entanto, essa dedução para o grupo como um todo.

- 4.3** No caso de se verificarem as situações previstas nos pontos **4.1** e **4.2**, o grupo passa a ser considerado como uma entidade sujeita a obrigações de comunicação estatística ao Banco de Portugal, ficando obrigado ao reporte de informação que é objeto da presente Instrução como se de uma única instituição se tratasse, bem como ao reporte dos seguintes quadros adicionais:

a) Outra informação necessária no âmbito das estatísticas de taxas de juro

Quadro S – Indicadores para reporte em grupo relativos a taxas de juro sobre novas operações de depósitos

Quadro T – Indicadores para reporte em grupo relativos a taxas de juro sobre saldos de depósitos

- 4.4** Os indicadores para reporte em grupo mencionados na alínea a) do ponto precedente devem ser enviados ao Banco de Portugal, uma vez por ano, até ao 10.º dia útil após o final do mês de outubro, tomado como mês de referência para essa informação.

5. Frequência e prazos para envio da informação

- 5.1** A informação referida no ponto **3.1** tem uma periodicidade de reporte mensal.
- 5.2** A informação mencionada no ponto precedente deve ser enviada ao Banco de Portugal até ao 10.º dia útil após o final do mês de referência.
- 5.3** Para efeitos da presente Instrução considera-se:
- a)** “Dias úteis”, todos os dias de calendário à exceção dos sábados, domingos, feriados nacionais obrigatórios, o Entrudo e o dia 24 de dezembro;
 - b)** “Final de mês”, o final do último dia de calendário do mês em causa;
 - c)** Que os prazos máximos a que a mesma se refere terminam às 23:59 horas do dia útil respetivo.
- 5.4** Anualmente será remetido às instituições reportantes um calendário com as datas concretas que decorrem da aplicação das regras indicadas nos pontos **5.2** e **5.3**, bem como atualizada a informação no BPnet.

6. Unidades de reporte, graus de precisão e regras de arredondamento

- 6.1** Os montantes (saldos ou fluxos) a reportar no âmbito da presente Instrução devem ser expressos em milhões de euros, com um grau de precisão obrigatório de duas casas decimais.

6.2 A informação estatística relativa a taxas de juro deve ser expressa em percentagem, com um grau de precisão obrigatório de quatro casas decimais para a generalidade dos quadros.

6.3 Na informação a reportar no âmbito da presente Instrução os arredondamentos devem ser feitos para a casa decimal significativa mais próxima: por excesso, se o valor da casa decimal seguinte for igual ou superior a 5; por defeito, se for inferior.

7. Derrogações

7.1 Para regime de reporte

- a) No Regime de Reporte Trimestral (RRT) apenas é objeto de reporte ao Banco de Portugal a informação estatística relativa aos meses de fim de trimestre (março, junho, setembro e dezembro), aplicando-se os prazos definidos no ponto 5.2.
- b) O RRT é aplicável à prestação de informação relativa a estatísticas de balanço (Quadros A, B, C e F), de taxas de juro sobre saldos de depósitos (Quadro H) e à informação necessária para efeitos do cálculo de reservas mínimas (Quadro R).
- c) O RRT não abrange a informação relativa a estatísticas de taxas de juro sobre novas operações de depósitos (Quadro G), que deve ser reportada ao Banco de Portugal com uma frequência mensal, no prazo definido no ponto 5.2.
- d) As IFM e as instituições de crédito não classificadas como IFM que apresentem, na média dos últimos 12 meses, um total de ativo inferior ou igual a, respetivamente, 1000 milhões de euros e 350 milhões de euros, podem solicitar ao Banco de Portugal, em comunicação dirigida ao Departamento de Estatística, a respetiva integração no RRT.
- e) O total de ativo referido na alínea anterior é medido pela soma dos valores reportados nas linhas A.L1 à A.L15 do **Quadro A**, exceto os que resultem da interseção com as colunas A.C5, A.C6, A.C20, A.C21, A.C22 e A.C23 do mesmo quadro, para o agregado de todos os países e todas as moedas.
- f) As IFM e instituições de crédito não classificadas como IFM que iniciem atividade poderão solicitar a passagem para o RRT caso o total de ativo da instituição seja inferior ou igual, respetivamente, a 1000 milhões de euros e 350 milhões de euros.
- g) Após decisão favorável do Banco de Portugal, a integração no RRT só se tornará efetiva no mês seguinte ao último mês do trimestre em curso.
- h) No início de cada ano, o Banco de Portugal procederá à reapreciação da

situação das instituições que beneficiam do RRT, aquando do envio dos dados relativos ao mês de dezembro que são reportados no **Quadro A**.

- i) As instituições que, na sequência da reapreciação referida na alínea anterior, ultrapassem os limiares referidos na alínea d) serão informadas pelo Banco de Portugal de que deixarão de poder continuar no RRT após o reporte dos dados relativos ao mês de março subsequente, pelo que passarão a cumprir as suas obrigações de reporte de acordo com a frequência estabelecida no ponto 5.1.

7.2 Relativas à tesouraria centralizada virtual (*notional cash pooling*)

- a) Serão concedidas derrogações às instituições no reporte relativo à tesouraria centralizada virtual (*notional cash pooling*), aplicável à linha A.L21 da secção por memória do **Quadro A** ativo e à linha A.L68 da secção por memória do **Quadro A** passivo, se os saldos de depósitos ou empréstimos concedidos a residentes na área do euro, excluindo IFM, não ultrapassarem 500 milhões de euros.
- b) A verificação da observância do limiar referido no ponto anterior será efetuada anualmente.
- c) De modo a ser analisada a solicitação de derrogação pelo Banco de Portugal, as instituições devem comunicar, até ao 1.º dia útil do mês de fevereiro de cada ano, a observância da alínea a) ponto 7.2 via correio eletrónico, aos respetivos interlocutores do Banco de Portugal, com informação referente aos dados de dezembro do ano anterior.

8. Forma de envio da informação estatística

O reporte da informação referida no ponto 3.1 será efetuado através do sistema de comunicação eletrónica BPnet (regulamentado pela Instrução n.º 21/2020, de 15 de julho), de acordo com as especificações técnicas constantes do Manual de Procedimentos mencionado no ponto 13.6 desta Instrução.

9. Política de revisões

- 9.1 Sempre que se verifiquem revisões à informação já reportada será necessário efetuar o seu reenvio, devendo este reporte adicional incluir toda a informação constante do(s) quadro(s) alterado(s).
- 9.2 As revisões à informação já reportada apenas serão consideradas para efeitos de determinação da base de incidência das reservas mínimas desde que sejam recebidas dentro dos prazos referidos no Artigo 7.º, n.º 5, do Regulamento (UE) n.º 2021/378 do Banco Central Europeu, de 22 de janeiro de 2021, relativo à aplicação do regime de reservas mínimas (BCE/2021/1).

- 9.3** Independentemente do montante e do momento em que ocorra a revisão, o Banco de Portugal poderá solicitar às instituições reportantes uma justificação que esclareça as razões subjacentes à mesma.
- 9.4** Qualquer revisão superior a 100 milhões de euros e que ultrapasse em 5 dias úteis os prazos máximos para o envio da informação estipulados no ponto **5.2** terá de ser justificada por escrito, via correio eletrónico a enviar aos respetivos interlocutores definidos pelo Banco de Portugal, no próprio dia do envio dos dados revistos, sendo obrigatório que essa justificação esclareça devida e objetivamente os motivos que originaram a revisão.

10. Padrões mínimos e regime sancionatório aplicável aos incumprimentos

- 10.1** Na prestação ao Banco de Portugal da informação estatística objeto da presente Instrução, as instituições reportantes deverão cumprir os padrões mínimos de transmissão, rigor, conformidade conceptual e revisão da informação constantes da Parte II do Anexo à presente Instrução.
- 10.2** Os padrões mínimos mencionados no ponto anterior adaptam, às condições específicas do sistema de reporte de informação estatística definido pela presente Instrução, o disposto nos Regulamentos do Banco Central Europeu.
- 10.3** Em caso de incumprimento dos padrões mínimos referidos nos pontos precedentes será aplicável o regime sancionatório legalmente estabelecido.

11. Dever de indicação de interlocutores qualificados

- 11.1** Todas as instituições reportantes devem nomear interlocutores (no mínimo um efetivo e um suplente) habilitados a responder a eventuais questões sobre a informação reportada que o Departamento de Estatística do Banco de Portugal entenda colocar-lhes, os quais serão designados por “Correspondentes das Estatísticas Monetárias”.
- 11.2** De forma a garantir uma resposta pronta às questões colocadas pelo Banco de Portugal, a instituição reportante deve assegurar a disponibilidade permanente de pelo menos um dos interlocutores designados, procedendo obrigatoriamente à nomeação de um substituto (definitivo ou temporário) quando não seja possível verificar essa condição.
- 11.3** O Banco de Portugal indicará os seus interlocutores para o esclarecimento de quaisquer dúvidas que possam surgir decorrentes da aplicação da presente Instrução.
- 11.4** Todas as instituições reportantes devem nomear pelo menos um interlocutor do Departamento de Compliance para o devido acompanhamento do relatório mensal sobre a qualidade do reporte às Estatísticas Monetárias e Financeiras, como

mencionado na Parte II, ponto 5., do Anexo à presente Instrução.

12. Instituições registadas após a entrada em vigor da presente Instrução

- 12.1** As entidades que forem notificadas do respetivo Registo Especial no Banco de Portugal após a entrada em vigor da presente Instrução, e que se enquadrem nos tipos de instituição abrangidos pelo ponto 2.1, deverão iniciar o reporte da informação referida no ponto 3.1, de acordo com a frequência e os prazos definidos no ponto 5., a partir do momento em que deem início efetivo à sua atividade.
- 12.2** Estas instituições poderão requerer a sua passagem ao RRT, caso verifiquem a condição referida nas alíneas d) e f) do ponto 7.1 e respetiva materialização de acordo com a alínea g) do mesmo ponto.
- 12.3** As disposições específicas previstas para estas instituições devem ser consideradas complementares às demais normas contidas na presente Instrução.

13. Disposições finais

- 13.1** A presente Instrução entra em vigor no dia 1 de fevereiro de 2022.
- 13.2** A comunicação de informação ao Banco de Portugal ao abrigo da presente Instrução inicia-se a 1 de fevereiro de 2022, com referência a janeiro de 2022.
- 13.3** A Instrução n.º 25/2014, de 15 de dezembro, é revogada com efeitos a partir de 31 de janeiro de 2022, sem prejuízo do disposto nos pontos 13.4 e 13.5.
- 13.4** O reporte da informação relativa a dezembro de 2021, o qual terá lugar durante o mês de janeiro de 2022, deve ser o último efetuado de acordo com o disposto na Instrução n.º 25/2014, de 15 de dezembro.
- 13.5** Com a entrada em vigor da presente Instrução, as instituições integradas atualmente no Regime de Reporte Trimestral, ao abrigo da Instrução n.º 25/2014, irão manter esse estatuto, sem prejuízo do disposto nas alíneas h) e i) do ponto 7.1.
- 13.6** O Banco de Portugal disponibilizará, a todas as instituições abrangidas pelo reporte estatístico regulamentado na presente Instrução, um Manual de Procedimentos destinado a concretizar alguns aspetos operacionais relacionados, designadamente, com o conteúdo das tabelas de desagregação da informação a reportar, com o controlo da qualidade da mesma e com as especificações técnicas sobre a transmissão dos dados.

Anexo

I. Informação a reportar

1. No âmbito da presente Instrução, a informação a reportar ao Banco de Portugal é constituída pelos seguintes quadros:

Estatísticas de balanço

Quadro A – Balanço estatístico por país e moeda

Quadro B – Detalhes adicionais por instrumento e setor institucional

Quadro C – Detalhes adicionais por país de operações de titularização e cedências e aquisições de empréstimos

Quadro F – Repartição geográfica das responsabilidades

Estatísticas de taxas de juro

Quadro G – Taxas de juro sobre novas operações de depósitos

Quadro H – Taxas de juro sobre saldos de depósitos

Informação necessária para efeitos do cálculo de reservas mínimas

Quadro R – Reservas mínimas

Reporte em grupo - Outra informação necessária no âmbito das estatísticas de taxas de juro

Quadro S – Indicadores para reporte em grupo relativos a taxas de juro sobre novas operações de depósitos

Quadro T – Indicadores para reporte em grupo relativos a taxas de juro sobre saldos de depósitos

2. A caracterização da informação associada a cada quadro é efetuada por recurso às tabelas de desagregação apresentadas no Manual de Procedimentos a que se faz referência no ponto **13.6** da presente Instrução.

3. Nos quadros, cada código é precedido de uma letra que permite identificar a tabela a que pertence. Apenas são explicitados os critérios de desagregação relevantes na caracterização da informação apresentada nesse quadro.

4. Quando o código não é identificado, sendo a letra seguida de reticências, o quadro deverá ser repetido para todos os elementos da tabela referenciada para os quais existam valores. Em particular, esta situação verifica-se nos **Quadros A e C**, em termos dos critérios de país e de moeda.

5. A informação reportada em cada quadro deve estar devidamente articulada com a apresentada nos restantes quadros que compõem o reporte estatístico, nomeadamente em termos do respeito pelas regras de coerência definidas no Manual de Procedimentos mencionado no ponto **13.6** da presente Instrução.

Saldos em fim de mês

[illegible]

Nos quadros relativos aos países fora da União Europeia onde se lê "Instituições financeiras monetárias" deve interpretar-se como "bancos".

O subsetor das "Famílias" deverá excluir os "Emigrantes".

Não a plicável / Não necessário

100

Unidade: milhões de euros

[illegible]

Nos quadros relativos aos países fora da União Europeia onde se lê "Instituições financeiras monetárias" deve interpretar-se como "bancos".

O subsector das "Famílias" deveria excluir os Emigrantes.

O opositor dos "Emigrantes" deverá ser considerado nos quadros relativos ao país "Portugal".

Não aplicável / Não necessário

Unidade: milhões de euros

Unidade: milhões de euros										Setor não financeiro (exceto administrações públicas)																Fundo																	
Contas Extrapartimentais										Instituições financeiras monetárias ¹						Administrações públicas						Particulares																					
										Bancos Centrais		Fundos de Mercado Monetário		Estímulos de depósitos		Outros Intermediários financeiros		Auxiliares Financeiros		Instituições Financeiras		Fundos de investimento, exceto fundos monetários		Fundos de pensões			Administração central		Administração regional		Administração local		Segurança social		Sociedades não financeiras		Famílias ²		Emigrantes ³		Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias		do qual: para consumo
										S121 S201	S122 S202	S123 S203	S125 S205	S126 S206	S127 S207	S128 S208	S129 S209	S130 S210	S131 S211	S132 S212	S133 S213	S134 S214	S135 S215	S136 S216	S137 S217	S138 S218	S139 S219	S140 S220	S141 S221	S142 S222	S143 S223	S144 S224	S145 S225	S146 S226	S147 S227	S148 S228	S149 S229	S150 S230	S151 S231				
Até 1 ano										T	L	I	940	C	E	Z	09																										
Créditos abertos ao público										T	L	I	940	C	E	Z	06																										
De 1 a 2 anos										T	L	I	940	C	E	Z	07																										
De 2 a 5 anos										T	L	I	940	C	E	Z	08																										
A mais de 5 anos										T	L	I	940	C	E	Z	09																										
Até 1 ano										T	H	I	500	C	E	Z	09																										
Ganhos/perdas associados a empréstimos										T	H	I	500	C	E	Z	06																										
De 1 a 2 anos										T	H	I	500	C	E	Z	07																										
De 2 a 5 anos										T	H	I	500	C	E	Z	08																										
A mais de 5 anos										T	H	I	500	C	E	Z	09																										
Até 1 ano										T	H	I	500	C	E	Z	09																										
Ganhos/perdas associados a empréstimos										T	H	I	500	C	E	Z	06																										
De 1 a 2 anos										T	H	I	500	C	E	Z	07																										
De 2 a 5 anos										T	H	I	500	C	E	Z	08																										
A mais de 5 anos										T	H	I	500	C	E	Z	09																										
Até 1 ano										T	H	I	500	C	E	Z	09																										
Ganhos/perdas associados a empréstimos										T	H	I	500	C	E	Z	06																										
De 1 a 2 anos										T	H	I	500	C	E	Z	07																										
De 2 a 5 anos										T	H	I	500	C	E	Z	08																										
A mais de 5 anos										T	H	I	500	C	E	Z	09																										
Por memória:																																											
Créditos abertos ao público										T	B	I	225	C	E																												
Ganhos/perdas de empréstimos																																											
Empréstimos litigiosos										T	B	I	940	C	E																												

¹ Nos quadros relativos aos países fora da União Europeia onde se lê "Instituições financeiras monetárias" deve interpretar-se como "bancos".

²O subsektor das "Famílias" deverá excluir os Emigrantes.

³ O subsector dos "Emigrantes" deverá ser considerado nos quadros relativos ao país "Portugal".

Não aplicável / Não necessário

Unidade: milhões de euros

Não aplicável / Não necessário

[illegible]

O subsector das "Famílias" deverá excluir os Emigrantes.

O subsector das famílias deverá executar os Emigrantes. O subsector dos "Emigrantes" deverá ser considerado nos quadros relativos ao país "Portugal".

Não aplicável / Não necessário

Quadro F - Repartição geográfica das responsabilidades (continua)

Unidade: Milhões de euros

Saldos em fim de mês

Passivo						Instituições financeiras não monetárias	Sociedades não financeiras	Particulares (excluindo emigrantes)	Emigrantes
						S401300	S11	S401501	S16
						10	20	30	40
Depósitos e equiparados	Abrantes	T S	750	C P R 1401	10				
	Águeda	T S	750	C P R 0101	20				
	Aguiar da Beira	T S	750	C P R 0901	30				
	Alandroal	T S	750	C P R 0701	40				
	Albergaria-a-Velha	T S	750	C P R 0102	50				
	Albufeira	T S	750	C P R 0801	60				
	Alcácer do Sal	T S	750	C P R 1501	70				
	Alcanena	T S	750	C P R 1402	80				
	Alcobça	T S	750	C P R 1001	90				
	Alcochete	T S	750	C P R 1502	100				
	Alcoutim	T S	750	C P R 0802	110				
	Alenquer	T S	750	C P R 1101	120				
	Alfândega da Fé	T S	750	C P R 0401	130				
	Alijó	T S	750	C P R 1701	140				
	Aljezur	T S	750	C P R 0803	150				
	Aljustrel	T S	750	C P R 0201	160				
	Almada	T S	750	C P R 1503	170				
	Almeida	T S	750	C P R 0902	180				
	Almeirim	T S	750	C P R 1403	190				
	Almodôvar	T S	750	C P R 0202	200				
	Alpiarça	T S	750	C P R 1404	210				
	Alter do Chão	T S	750	C P R 1201	220				
	Alvaiázere	T S	750	C P R 1002	230				
	Alvito	T S	750	C P R 0203	240				
	Amadora	T S	750	C P R 1115	250				
	Amarante	T S	750	C P R 1301	260				
	Amares	T S	750	C P R 0301	270				
	Anadia	T S	750	C P R 0103	280				
	Angra do Heroísmo	T S	750	C P R 4301	290				
	Ansião	T S	750	C P R 1003	300				
	Arcos de Valdevez	T S	750	C P R 1601	310				
	Arganil	T S	750	C P R 0601	320				
	Armamar	T S	750	C P R 1801	330				
	Arouca	T S	750	C P R 0104	340				
	Arraiolos	T S	750	C P R 0702	350				
	Arronches	T S	750	C P R 1202	360				
	Arruda dos Vinhos	T S	750	C P R 1102	370				
	Aveiro	T S	750	C P R 0105	380				
	Avis	T S	750	C P R 1203	390				
	Azambuja	T S	750	C P R 1103	400				
	Baião	T S	750	C P R 1302	410				
	Barcelos	T S	750	C P R 0302	420				
	Barrancos	T S	750	C P R 0204	430				
	Barreiro	T S	750	C P R 1504	440				
	Batalha	T S	750	C P R 1004	450				
	Beja	T S	750	C P R 0205	460				
	Belmonte	T S	750	C P R 0501	470				
	Benavente	T S	750	C P R 1405	480				
	Bombarral	T S	750	C P R 1005	490				
	Borba	T S	750	C P R 0703	500				
	Boticas	T S	750	C P R 1702	510				
	Braga	T S	750	C P R 0303	520				
	Bragança	T S	750	C P R 0402	530				
	Cabeceiras de Basto	T S	750	C P R 0304	540				
	Cadaval	T S	750	C P R 1104	550				
	Caldas da Rainha	T S	750	C P R 1006	560				
	Calheta (Ilha da Madeira)	T S	750	C P R 3101	570				
	Calheta (Ilha de S. Jorge)	T S	750	C P R 4501	580				
	Câmara de Lobos	T S	750	C P R 3102	590				
	Caminha	T S	750	C P R 1602	600				
	Campo Maior	T S	750	C P R 1204	610				
	Cantanhede	T S	750	C P R 0602	620				
	Carraceda de Ansiães	T S	750	C P R 0403	630				
	Carregal do Sal	T S	750	C P R 1802	640				
	Cartaxo	T S	750	C P R 1406	650				
	Cascais	T S	750	C P R 1105	660				
	Castanheira de Pera	T S	750	C P R 1007	670				

Quadro F - Repartição geográfica das responsabilidades (continuação)

Unidade: Milhões de euros

Saldos em fim de mês

Passivo						Instituições financeiras não monetárias	Sociedades não financeiras	Particulares (excluindo emigrantes)	Emigrantes
						S401300	S11	S401501	S16
						10	20	30	40
Depósitos e equiparados	Castelo Branco	T S	I 750	C P	R 0502	680			
	Castelo de Paiva	T S	I 750	C P	R 0106	690			
	Castelo de Vide	T S	I 750	C P	R 1205	700			
	Castro Daire	T S	I 750	C P	R 1803	710			
	Castro Marim	T S	I 750	C P	R 0804	720			
	Castro Verde	T S	I 750	C P	R 0206	730			
	Celorico da Beira	T S	I 750	C P	R 0903	740			
	Celorico de Basto	T S	I 750	C P	R 0305	750			
	Chamusca	T S	I 750	C P	R 1407	760			
	Chaves	T S	I 750	C P	R 1703	770			
	Cinfães	T S	I 750	C P	R 1804	780			
	Coimbra	T S	I 750	C P	R 0603	790			
	Condeixa-a-Nova	T S	I 750	C P	R 0604	800			
	Constância	T S	I 750	C P	R 1408	810			
	Coruche	T S	I 750	C P	R 1409	820			
	Corvo	T S	I 750	C P	R 4901	830			
	Covilhã	T S	I 750	C P	R 0503	840			
	Crato	T S	I 750	C P	R 1206	850			
	Cuba	T S	I 750	C P	R 0207	860			
	Elvas	T S	I 750	C P	R 1207	870			
	Entroncamento	T S	I 750	C P	R 1410	880			
	Espinho	T S	I 750	C P	R 0107	890			
	Esposende	T S	I 750	C P	R 0306	900			
	Estarreja	T S	I 750	C P	R 0108	910			
	Estremoz	T S	I 750	C P	R 0704	920			
	Évora	T S	I 750	C P	R 0705	930			
	Fafe	T S	I 750	C P	R 0307	940			
	Faro	T S	I 750	C P	R 0805	950			
	Felgueiras	T S	I 750	C P	R 1303	960			
	Ferreira do Alentejo	T S	I 750	C P	R 0208	970			
	Ferreira do Zêzere	T S	I 750	C P	R 1411	980			
	Figueira da Foz	T S	I 750	C P	R 0605	990			
	Figueira de Castelo Rodrigo	T S	I 750	C P	R 0904	1000			
	Figueiró dos Vinhos	T S	I 750	C P	R 1008	1010			
	Fornos de Algodres	T S	I 750	C P	R 0905	1020			
	Freixo de Espada à Cinta	T S	I 750	C P	R 0404	1030			
	Fronteira	T S	I 750	C P	R 1208	1040			
	Funchal	T S	I 750	C P	R 3103	1050			
	Fundão	T S	I 750	C P	R 0504	1060			
	Gavião	T S	I 750	C P	R 1209	1070			
	Góis	T S	I 750	C P	R 0606	1080			
	Golegã	T S	I 750	C P	R 1412	1090			
	Gondomar	T S	I 750	C P	R 1304	1100			
	Gouveia	T S	I 750	C P	R 0906	1110			
	Grândola	T S	I 750	C P	R 1505	1120			
	Guarda	T S	I 750	C P	R 0907	1130			
	Guimarães	T S	I 750	C P	R 0308	1140			
	Horta	T S	I 750	C P	R 4701	1150			
	Idanha-a-Nova	T S	I 750	C P	R 0505	1160			
	Ílhavo	T S	I 750	C P	R 0110	1170			
	Lagoa (Faro)	T S	I 750	C P	R 0806	1180			
	Lagoa (Ilha de S. Miguel)	T S	I 750	C P	R 4201	1190			
	Lagos	T S	I 750	C P	R 0807	1200			
	Lajes das Flores	T S	I 750	C P	R 4801	1210			
	Lajes do Pico	T S	I 750	C P	R 4601	1220			
	Lamego	T S	I 750	C P	R 1805	1230			
	Leiria	T S	I 750	C P	R 1009	1240			
	Lisboa	T S	I 750	C P	R 1106	1250			
	Loulé	T S	I 750	C P	R 0808	1260			
	Loures	T S	I 750	C P	R 1107	1270			
	Lourinhã	T S	I 750	C P	R 1108	1280			
	Lousã	T S	I 750	C P	R 0607	1290			
	Lousada	T S	I 750	C P	R 1305	1300			
	Mação	T S	I 750	C P	R 1413	1310			
	Macedo de Cavaleiros	T S	I 750	C P	R 0405	1320			
	Machico	T S	I 750	C P	R 3104	1330			
	Madalena	T S	I 750	C P	R 4602	1340			

Quadro F - Repartição geográfica das responsabilidades (continuação)

Unidade: Milhões de euros

Saldos em fim de mês

Passivo							Instituições financeiras não monetárias	Sociedades não financeiras	Particulares (excluindo emigrantes)	Emigrantes
							S401300	S11	S401501	S16
							10	20	30	40
Depósitos e equiparados	Mafra	T S	I 750	C P	R 1109	1350				
	Maia	T S	I 750	C P	R 1306	1360				
	Mangualde	T S	I 750	C P	R 1806	1370				
	Manteigas	T S	I 750	C P	R 0908	1380				
	Marco de Canaveses	T S	I 750	C P	R 1307	1390				
	Marinha Grande	T S	I 750	C P	R 1010	1400				
	Marvão	T S	I 750	C P	R 1210	1410				
	Matosinhos	T S	I 750	C P	R 1308	1420				
	Mealhada	T S	I 750	C P	R 0111	1430				
	Meda	T S	I 750	C P	R 0909	1440				
	Melgaço	T S	I 750	C P	R 1603	1450				
	Mértola	T S	I 750	C P	R 0209	1460				
	Mesão Frio	T S	I 750	C P	R 1704	1470				
	Mira	T S	I 750	C P	R 0608	1480				
	Miranda do Corvo	T S	I 750	C P	R 0609	1490				
	Miranda do Douro	T S	I 750	C P	R 0406	1500				
	Mirandela	T S	I 750	C P	R 0407	1510				
	Mogadouro	T S	I 750	C P	R 0408	1520				
	Moimenta da Beira	T S	I 750	C P	R 1807	1530				
	Moita	T S	I 750	C P	R 1506	1540				
	Monção	T S	I 750	C P	R 1604	1550				
	Monchique	T S	I 750	C P	R 0809	1560				
	Mondim de Basto	T S	I 750	C P	R 1705	1570				
	Monforte	T S	I 750	C P	R 1211	1580				
	Montalegre	T S	I 750	C P	R 1706	1590				
	Montemor-o-Novo	T S	I 750	C P	R 0706	1600				
	Montemor-o-Velho	T S	I 750	C P	R 0610	1610				
	Montijo	T S	I 750	C P	R 1507	1620				
	Mora	T S	I 750	C P	R 0707	1630				
	Mortágua	T S	I 750	C P	R 1808	1640				
	Moura	T S	I 750	C P	R 0210	1650				
	Mourão	T S	I 750	C P	R 0708	1660				
	Murça	T S	I 750	C P	R 1707	1670				
	Murtosa	T S	I 750	C P	R 0112	1680				
	Nazaré	T S	I 750	C P	R 1011	1690				
	Nelas	T S	I 750	C P	R 1809	1700				
	Nisa	T S	I 750	C P	R 1212	1710				
	Nordeste	T S	I 750	C P	R 4202	1720				
	Óbidos	T S	I 750	C P	R 1012	1730				
	Odemira	T S	I 750	C P	R 0211	1740				
	Odivelas	T S	I 750	C P	R 1116	1750				
	Oeiras	T S	I 750	C P	R 1110	1760				
	Oleiros	T S	I 750	C P	R 0506	1770				
	Olhão	T S	I 750	C P	R 0810	1780				
	Oliveira de Azeméis	T S	I 750	C P	R 0113	1790				
	Oliveira de Frades	T S	I 750	C P	R 1810	1800				
	Oliveira do Bairro	T S	I 750	C P	R 0114	1810				
	Oliveira do Hospital	T S	I 750	C P	R 0611	1820				
	Ourém	T S	I 750	C P	R 1421	1830				
	Ourique	T S	I 750	C P	R 0212	1840				
	Ovar	T S	I 750	C P	R 0115	1850				
	Paços de Ferreira	T S	I 750	C P	R 1309	1860				
	Palmela	T S	I 750	C P	R 1508	1870				
	Pampilhosa da Serra	T S	I 750	C P	R 0612	1880				
	Paredes	T S	I 750	C P	R 1310	1890				
	Paredes de Coura	T S	I 750	C P	R 1605	1900				
	Pedrógão Grande	T S	I 750	C P	R 1013	1910				
	Penacova	T S	I 750	C P	R 0613	1920				
	Penafiel	T S	I 750	C P	R 1311	1930				
	Penalva do Castelo	T S	I 750	C P	R 1811	1940				
	Penamacor	T S	I 750	C P	R 0507	1950				
	Penedono	T S	I 750	C P	R 1812	1960				
	Penela	T S	I 750	C P	R 0614	1970				
	Peniche	T S	I 750	C P	R 1014	1980				
	Peso da Régua	T S	I 750	C P	R 1708	1990				
	Pinhel	T S	I 750	C P	R 0910	2000				
	Pombal	T S	I 750	C P	R 1015	2010				

Quadro F - Repartição geográfica das responsabilidades (continuação)

Unidade: Milhões de euros

Saldos em fim de mês

Passivo							Instituições financeiras não monetárias	Sociedades não financeiras	Particulares (excluindo emigrantes)	Emigrantes
							S401300	S11	S401501	S16
							10	20	30	40
Depósitos e equiparados	Ponta Delgada	T S	750	C P R	4203	2020				
	Ponta do Sol	T S	750	C P R	3105	2030				
	Ponte da Barca	T S	750	C P R	1606	2040				
	Ponte de Lima	T S	750	C P R	1607	2050				
	Ponte de Sor	T S	750	C P R	1213	2060				
	Portalegre	T S	750	C P R	1214	2070				
	Portel	T S	750	C P R	0709	2080				
	Portimão	T S	750	C P R	0811	2090				
	Porto	T S	750	C P R	1312	2100				
	Porto de Mós	T S	750	C P R	1016	2110				
	Porto Moniz	T S	750	C P R	3106	2120				
	Porto Santo	T S	750	C P R	3201	2130				
	Póvoa de Lanhoso	T S	750	C P R	0309	2140				
	Póvoa do Varzim	T S	750	C P R	1313	2150				
	Povoação	T S	750	C P R	4204	2160				
	Proença-a-Nova	T S	750	C P R	0508	2170				
	Redondo	T S	750	C P R	0710	2180				
	Reguengos de Monsaraz	T S	750	C P R	0711	2190				
	Resende	T S	750	C P R	1813	2200				
	Ribeira Brava	T S	750	C P R	3107	2210				
	Ribeira de Pena	T S	750	C P R	1709	2220				
	Ribeira Grande	T S	750	C P R	4205	2230				
	Rio maior	T S	750	C P R	1414	2240				
	Sabrosa	T S	750	C P R	1710	2250				
	Sabugal	T S	750	C P R	0911	2260				
	Salvaterra de Magos	T S	750	C P R	1415	2270				
	Santa Comba Dão	T S	750	C P R	1814	2280				
	Santa Cruz	T S	750	C P R	3108	2290				
	Santa Cruz da Graciosa	T S	750	C P R	4401	2300				
	Santa Cruz das Flores	T S	750	C P R	4802	2310				
	Santa Maria da Feira	T S	750	C P R	0109	2320				
	Santa Marta de Penaguião	T S	750	C P R	1711	2330				
	Santana	T S	750	C P R	3109	2340				
	Santarém	T S	750	C P R	1416	2350				
	Santiago do Cacém	T S	750	C P R	1509	2360				
	Santo Tirso	T S	750	C P R	1314	2370				
	São Brás de Alportel	T S	750	C P R	0812	2380				
	São João da Madeira	T S	750	C P R	0116	2390				
	São João da Pesqueira	T S	750	C P R	1815	2400				
	São Pedro do Sul	T S	750	C P R	1816	2410				
	São Roque do Pico	T S	750	C P R	4603	2420				
	São Vicente	T S	750	C P R	3110	2430				
	Sardoal	T S	750	C P R	1417	2440				
	Sátão	T S	750	C P R	1817	2450				
	Seia	T S	750	C P R	0912	2460				
	Seixal	T S	750	C P R	1510	2470				
	Sernancelhe	T S	750	C P R	1818	2480				
	Serpa	T S	750	C P R	0213	2490				
	Sertão	T S	750	C P R	0509	2500				
	Sesimbra	T S	750	C P R	1511	2510				
	Setúbal	T S	750	C P R	1512	2520				
	Sever do Vouga	T S	750	C P R	0117	2530				
	Silves	T S	750	C P R	0813	2540				
	Sines	T S	750	C P R	1513	2550				
	Sintra	T S	750	C P R	1111	2560				
	Sobral de Monte Agraço	T S	750	C P R	1112	2570				
	Soure	T S	750	C P R	0615	2580				
	Sousel	T S	750	C P R	1215	2590				
	Tábua	T S	750	C P R	0616	2600				
	Tabuaço	T S	750	C P R	1819	2610				
	Tarouca	T S	750	C P R	1820	2620				
	Tavira	T S	750	C P R	0814	2630				
	Terras de Bouro	T S	750	C P R	0310	2640				
	Tomar	T S	750	C P R	1418	2650				
	Tondela	T S	750	C P R	1821	2660				
	Torre de Moncorvo	T S	750	C P R	0409	2670				
	Torres Novas	T S	750	C P R	1419	2680				

Quadro F - Repartição geográfica das responsabilidades (continuação)

Unidade: Milhões de euros

Saldos em fim de mês

Saldo em fim de mês														
Passivo														
Instituições financeiras não monetárias														
Sociedades não financeiras														
Particulares (excluindo emigrantes)														
Emigrantes														
S401300														
S11														
S401501														
S16														
10														
20														
30														
40														
Depósitos e equiparados	Torres Vedras	T	S	I	750	C	P	R	1113	2690				
	Trancoso	T	S	I	750	C	P	R	0913	2700				
	Trofa	T	S	I	750	C	P	R	1318	2710				
	Vagos	T	S	I	750	C	P	R	0118	2720				
	Vale de Cambra	T	S	I	750	C	P	R	0119	2730				
	Valença	T	S	I	750	C	P	R	1608	2740				
	Valongo	T	S	I	750	C	P	R	1315	2750				
	Valpaços	T	S	I	750	C	P	R	1712	2760				
	Velas	T	S	I	750	C	P	R	4502	2770				
	Vendas Novas	T	S	I	750	C	P	R	0712	2780				
	Viana do Alentejo	T	S	I	750	C	P	R	0713	2790				
	Viana do Castelo	T	S	I	750	C	P	R	1609	2800				
	Vidigueira	T	S	I	750	C	P	R	0214	2810				
	Vieira do Minho	T	S	I	750	C	P	R	0311	2820				
	Vila de Rei	T	S	I	750	C	P	R	0510	2830				
	Vila do Bispo	T	S	I	750	C	P	R	0815	2840				
	Vila do Conde	T	S	I	750	C	P	R	1316	2850				
	Vila do Porto	T	S	I	750	C	P	R	4101	2860				
	Vila Flor	T	S	I	750	C	P	R	0410	2870				
	Vila Franca de Xira	T	S	I	750	C	P	R	1114	2880				
	Vila Franca do Campo	T	S	I	750	C	P	R	4206	2890				
	Vila Nova da Barquinha	T	S	I	750	C	P	R	1420	2900				
	Vila Nova de Cerveira	T	S	I	750	C	P	R	1610	2910				
	Vila Nova de Famalicão	T	S	I	750	C	P	R	0312	2920				
	Vila Nova de Foz Côa	T	S	I	750	C	P	R	0914	2930				
	Vila Nova de Gaia	T	S	I	750	C	P	R	1317	2940				
	Vila Nova de Paiva	T	S	I	750	C	P	R	1822	2950				
	Vila Nova de Poiares	T	S	I	750	C	P	R	0617	2960				
	Vila Pouca de Aguiar	T	S	I	750	C	P	R	1713	2970				
	Vila Praia da Vitória	T	S	I	750	C	P	R	4302	2980				
	Vila Real	T	S	I	750	C	P	R	1714	2990				
	Vila Real S. António	T	S	I	750	C	P	R	0816	3000				
	Vila Velha do Rodão	T	S	I	750	C	P	R	0511	3010				
	Vila Verde	T	S	I	750	C	P	R	0313	3020				
Vila Viçosa	T	S	I	750	C	P	R	0714	3030					
Vimioso	T	S	I	750	C	P	R	0411	3040					
Vinhais	T	S	I	750	C	P	R	0412	3050					
Viseu	T	S	I	750	C	P	R	1823	3060					
Vizela	T	S	I	750	C	P	R	0314	3070					
Vouzela	T	S	I	750	C	P	R	1824	3080					
Não domiciliado em balcão físico	T	S	I	750	C	P	R	9898	3090					
Por memória:														
Depósitos e equiparados	off-shore da Madeira	T	S	I	750	C	P	R	3999	3100				

Taxas de juro / montantes de novas operações									
Setor não financeiro (exceto administrações públicas) residente na União Monetária									
Total	Sociedades não financeiras						Particulares		
S404000	S404100						S404200		
10	20						50		
Operações passivas									
Depósitos e equiparados (exceto responsabilidades à vista, depósitos com pré-aviso e acordos de recompra)	Até 1 ano	TAA	T T	I 760	C P	Z 10		M EUR	120
		Novas operações	T F	I 760	C P	Z 10		M EUR	130
	De 1 a 2 anos	TAA	T T	I 760	C P	Z 06		M EUR	140
		Novas operações	T F	I 760	C P	Z 06		M EUR	150
	A mais de 2 anos	TAA	T T	I 760	C P	Z 15		M EUR	160
		Novas operações	T F	I 760	C P	Z 15		M EUR	170
		TAA	T T	I 100	C P			M EUR	180
Acordos de recompra		Novas operações	T F	I 100	C P			M EUR	190

Não aplicável / Não necessário

Quadro H - Taxas de juro sobre saldos de depósitos

Unidade: percentagem										Taxas de juro											
										Setor não financeiro (exceto administrações públicas) residente na União Monetária											
Moeda: Euro										Total		Sociedades não financeiras				Particulares					
										S404000		S404100				S404200					
										10		20				30					
Operações passivas																					
Responsabilidades à vista (exceto depósitos de poupança à vista)					T	A	I	810	C	P					M	EUR	160H				
Depósitos com pré-aviso (incluindo depósitos de poupança à vista)					T	A	I	790	C	P	Z	11			M	EUR	170H				
A mais de 90 dias					T	A	I	790	C	P	Z	12			M	EUR	180H				
Depósitos e equiparados (exceto responsabilidades à vista, depósitos com pré-aviso e acordos de recompra)					T	A	I	760	C	P	Z	17			M	EUR	190H				
A mais de 2 anos					T	A	I	760	C	P	Z	15			M	EUR	200H				
Acordos de recompra					T	A	I	100	C	P					M	EUR	210H				
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											
					T	A	I		C	P											

Não aplicável / Não necessário

Quadro R. Reservas Mínimas

Unidade: Milhões de euros

Saldos em fim do mês

Unidade: Milhões de euros

													Bancos centrais da União Monetária (incluindo o BCE) e outras entidades sujeitas ao regime de reservas mínimas	Não setorizado	
													S403000	S3	
													Y 10		
													10	20	
Títulos exceto capital, até dois anos ⁽¹⁾	T	S	I	820	C	P	Z	17	P	M	X	R	10		
Total da base de incidência ⁽²⁾	T	S	I	920	C	P			P	M	X	R	20		
Do qual: sujeita ao coeficiente positivo definido pelo Eurosistema ⁽²⁾	T	S	I	930	C	P			P	M	X	R	30		
Reservas mínimas ⁽²⁾	T	S	I	940	C	P			P	M	X	R	40		

(1) A preencher apenas caso a instituição opte por apresentar prova do montante dos títulos por si emitidos que se encontrem efetivamente na posse de Bancos Centrais da União Monetária, do BCE ou de outras entidades sujeitas ao regime de reservas mínimas e não isentas do seu cumprimento, a fim de os excluir da base de incidência das reservas mínimas, renunciando, deste modo, à dedução padrão definida pelo BCE (conforme artigo 5º, nº 2 e 3, do Regulamento (UE) n.º 2021/378 do BCE, de 22 de janeiro de 2021, relativo à aplicação do regime reservas mínimas).

Neste caso, esta célula deve ser preenchida com o montante dos títulos a deduzir à base de incidência sendo estritamente necessário apresentar prova deste montante através do envio ao Banco de Portugal, Departamento de Mercados, dos documentos referidos no ponto 2 da Carta Circular nº 1/99/DDE/DOC, de 07/01/1999, o qual deve ser interpretado como o mencionado no ponto 2 da Carta Circular nº1/2003/DDE/DMR, de 13/01/2003, que revogou o ponto 2 da Carta Circular de 1999.

(2) Valores calculados aplicando a dedução padrão em vigor ou os montantes apresentados no quadro R, caso a instituição tenha optado por apresentar prova do montante de títulos por si emitidos que se encontrem na posse de Bancos Centrais da União Monetária, do BCE ou de outras entidades sujeitas ao regime de reservas mínimas e não isentas do seu cumprimento.

Quadro T - Indicadores para reporte em grupo relativos a taxas de juro sobre saldos de depósitos

		Número de instituições / Variação das taxas de juro									
		Sector não financeiro (excepto administrações públicas) residente na União Monetária					Particulares				
		Sociedades não financeiras		Total		Habitação		Consumo e outros fins			
		S404100	S404200	S404100	S404200	S404200	S404200	S404200	S404200	S404200	S404200
		10	20	30	40	50	60	70	80	90	100
Operações passivas		10	20	30	40	50	60	70	80	90	100
Responsabilidades à vista (excepto depósitos de poupança à vista)	N.º Instituições										
	Variação da taxa de juro										
Depósitos com pré-aviso (incluindo depósitos de poupança à vista)	N.º Instituições										
	Variação da taxa de juro										
A mais de 90 dias	N.º Instituições										
	Variação da taxa de juro										
Até 2 anos	N.º Instituições										
	Variação da taxa de juro										
Depósitos e equiparados (excepto responsabilidades à vista, depósitos com pré-aviso e acordos de recompra)	N.º Instituições										
	Variação da taxa de juro										
Acordos de recompra	N.º Instituições										
	Variação da taxa de juro										

Não aplicável / Não necessário

II. Padrões mínimos a observar pelas instituições reportantes

Para efeitos das estatísticas que são objeto da presente Instrução, as entidades reportantes devem observar o disposto nos pontos seguintes, os quais concretizam os padrões mínimos estabelecidos nos Regulamentos do Banco Central Europeu relativos às estatísticas de balanço e de taxas de juro referidos na mesma.

O não cumprimento de qualquer um destes padrões mínimos dará lugar a um registo na base de dados do Banco de Portugal sobre ocorrências relativas ao reporte da informação estatística que é objeto da presente Instrução, sendo a instituição em causa informada do mesmo. O impacto que tais incumprimentos possam ter no reporte do Banco de Portugal ao Banco Central Europeu será tido em conta na avaliação dos mesmos, para efeitos do estipulado no ponto **10.** da presente Instrução.

1. Padrões mínimos aplicáveis à transmissão da informação

- a) O reporte de informação ao Banco de Portugal deve ser efetuado com cumprimento rigoroso dos prazos estabelecidos no ponto **5.** desta Instrução.
- b) A informação estatística deve ser apresentada de acordo com o modelo e formato previstos nos requisitos técnicos para a prestação de informação estabelecidos pelo Banco de Portugal, os quais são especificados no Manual de Procedimentos a que se faz referência no ponto **13.6** da presente Instrução.
- c) As entidades reportantes devem informar o Banco de Portugal dos contactos dos interlocutores previstos no ponto **11.** desta Instrução, os quais devem ser mantidos permanentemente atualizados.
- d) As especificações técnicas para a transmissão de dados ao Banco de Portugal, enumeradas no ponto **8.** da presente Instrução, devem ser respeitadas integralmente.

2. Padrões mínimos relativos ao rigor da informação

- a) A informação estatística deve ser correta, ou seja, todas as restrições lineares devem ser observadas (por exemplo, o ativo e o passivo devem ser equivalentes e as somas dos subtotais devem corresponder aos totais).
- b) O rigor da informação estatística reportada é aferido, nomeadamente, através dos testes de coerência definidos no Manual de Procedimentos mencionado no ponto **13.6** da presente Instrução. Nas situações explicitamente mencionadas nas observações à lista de testes, algumas das condições subjacentes aos mesmos podem não se verificar devendo, nesses casos, a instituição remeter uma nota explicativa da ocorrência.
- c) O rigor da informação estatística reportada é igualmente avaliado através do confronto com a informação que é comunicada a outros sistemas – nomeadamente para efeitos das Estatísticas de Títulos (regulamentadas pela Instrução n.º 31/2005, de 15 de novembro de

2005), da Central de Responsabilidades de Crédito (regulamentada pela Instrução n.º 17/2018, de 27 de agosto de 2018) e das Estatísticas de Operações e Posições com o Exterior (regulamentadas pela Instrução n.º 27/2012, de 17 de setembro de 2012) – ou junto de outros Departamentos do Banco de Portugal.

- d) Os agentes inquiridos devem estar preparados para prestar esclarecimentos sobre os desenvolvimentos que os dados reportados deixem antever. Nas situações identificadas pelo Banco de Portugal em que tais esclarecimentos se revelem de particular importância, deve o correspondente justificar, devida e objetivamente, as razões que estejam na sua origem, cumprindo os prazos de resposta indicados para esse efeito.
- e) A informação estatística deve ser completa, devendo as lacunas existentes serem assinaladas, explicadas ao Banco de Portugal e, se for o caso, colmatadas logo que possível. A informação é considerada completa quando abranja todas as operações relevantes para efeitos da presente Instrução e com o detalhe nela exigido. Quando tal não se verifique, a instituição poderá, em articulação com o Banco de Portugal, acordar num procedimento que permita obter estimativas de qualidade e, desta forma, suprir as insuficiências identificadas.
- f) A informação estatística não deve conter lacunas contínuas e estruturais. Sempre que não seja possível obter estimativas de boa qualidade, nomeadamente quando estejam em causa variáveis tidas pelo Banco de Portugal como de particular importância, a entidade reportante deve adaptar os seus sistemas de informação de forma a obviar ao problema referido.
- g) As entidades reportantes devem respeitar as unidades, casas decimais e política de arredondamento, definidas pelo Banco de Portugal para a transmissão técnica dos dados, de acordo com o disposto no ponto 6. desta Instrução.

3. Padrões mínimos relativos à conformidade conceptual da informação

- a) A informação estatística deve estar de acordo com as definições e classificações contidas nos Regulamentos do Banco Central Europeu, o que é garantido pela observância das definições e classificações contidas no Manual de Procedimentos mencionado no ponto 13.6 da presente Instrução.
- b) Em caso de desvios relativamente às referidas definições e classificações, as entidades reportantes devem, se necessário, controlar regularmente e quantificar a diferença entre o critério utilizado e o critério requerido nesta Instrução. As eventuais divergências devem ser explicadas e comunicadas ao Banco de Portugal.
- c) Os agentes inquiridos devem estar preparados para explicar as quebras verificadas nos dados fornecidos quando comparados com valores de períodos anteriores. Neste âmbito assume particular importância a identificação e quantificação de evoluções que não configurem transações financeiras, nomeadamente, as devidas a reclassificações (v.g., de instrumento, de setor institucional ou de prazo) e a fusões que envolvam, pelo menos, uma

instituição reportante. Neste caso, as entidades devem enviar as reclassificações, desagregadas pela especificidade de cada quadro de reporte, em conformidade com as regras estabelecidas no Manual de Procedimentos mencionado no ponto **13.6** desta Instrução.

4. Padrões mínimos relativos à revisão da informação

As entidades reportantes devem observar a política de revisões e os procedimentos neste domínio estabelecidos pelo Banco de Portugal. Eventuais revisões de natureza extraordinária devem ser acompanhadas de notas explicativas, de acordo com os preceitos definidos na política de revisões consagrados no ponto **9**. da presente Instrução.

5. Envio pelo Banco de Portugal de um relatório mensal sobre a qualidade do reporte às Estatísticas Monetárias e Financeiras

- a) Através do relatório de qualidade pretende-se garantir um eficiente acompanhamento do reporte das instituições em termos do cumprimento dos prazos de reporte, bem como dos padrões mínimos de qualidade.
- b) Será disponibilizado, mensalmente, um relatório referente à qualidade dos dados reportados pelas entidades reportantes.
- c) Os critérios, bem como o modelo de relatório poderão ser consultados no Manual de Procedimentos, referido no ponto **13.6**. da presente instrução.
- d) Em caso de incumprimento, a instituição reportante deverá apresentar um plano de ação para eliminar os erros de reporte identificados no relatório, que será apreciado e aprovado pelo Banco de Portugal.